



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14578 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS SUPERIORES DE
TECNOLOGIA NO ESTADO DE RONDÔNIA

Bruno de Oliveira Figueiredo - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA NO ESTADO DE RONDÔNIA

Resumo: Com o aprofundamento da crise orgânica do capital, o duplo movimento da recomposição burguesa assume o sentido sócio-histórico de intensificação ampliada da precariedade social do trabalho e de contrarreforma do Estado. Em um contexto de instabilidade, precariedade, incertezas e ameaça à existência, a formação de um novo tipo humano se torna condição visceral para a manutenção da dominação burguesa, desencadeando uma contrarreforma educacional brasileira. Com evidências em estudos recentes, a formação do novo tipo humano vem delineando os cursos superiores de tecnologia (CSTs) como modalidade de educação superior enxuta e flexível, voltada para as classes subalternas. Diante desta problemática, tomamos como objeto o desenvolvimento dos CSTs no estado de Rondônia. Nosso objetivo é explicar as tendências do desenvolvimento dos CSTs no estado de Rondônia e sua relação com o contexto Nacional. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e finalidade explicativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, com procedimentos técnicos da pesquisa documental. Como resultados, encontramos convergências no desenvolvimento dos CSTs em Rondônia, em comparação à realidade Nacional. Este desenvolvimento reafirma o caráter mercantil e papel estratégico para a formação do novo tipo humano, como sujeito “terciário”, sujeito social prático, atomizado, individualista, incapaz de pensar para além do capital.

Palavras-chave: Recomposição Burguesa; Contrarreforma da Educação; Ensino Superior; Curso Superior de Tecnologia; Política de Educação Superior.

Com o aprofundamento da crise orgânica do ordenamento social imperialista do capital, a hegemonia burguesa expressa uma luta visceral para a formação-conformação de um novo tipo humano como “mercadoria total”. É neste conjunto de mudanças na conformação psicofísica e ético-política que a recomposição burguesa assume o caráter totalizante de submissão de toda a existência à valorização do capital. Como decorrência deste movimento ampliado, a intensificação da precariedade social do trabalho evidenciada por Souza (2015, 2022) expõe a insustentabilidade de um ordenamento social agonizante. É neste quadro de incertezas, instabilidade, precariedade e ameaça à existência que a contrarreforma do Estado estabelece novas formas para a relação entre Estado e sociedade civil. Na dimensão educacional, as mudanças na educação brasileira assumem o sentido de uma contrarreforma ampliada da educação brasileira, com mudanças na estrutura, concepção, política e gestão dos sistemas educacionais brasileiros.

Como dimensão da contrarreforma educacional brasileira, o rebaixamento da consciência política das classes subalternas se torna condição essencial para o prolongamento de um ordenamento social que entrou em eterna crise orgânica, desde o final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Com soluções cada vez mais instáveis, o equilíbrio relativo e cada vez mais instável do Bloco-Histórico do Capital exige a hegemonização como dominação cultural permanente e preventiva, envolvendo formas de disputas ideológicas, negacionismos e mistificação cultural em todas as dimensões da produção e reprodução da vida material. É neste sentido que o projeto de dominação burguês estabelece como principal diretriz obstaculizar ou impossibilitar a construção da consciência de classe, como condição para impedir o desenvolvimento humano autônomo das classes subalternas. O sentido sócio-histórico desta diretriz tem como fundamento a manutenção da divisão social do trabalho, da divisão social do conhecimento (VEIGA, 2020) ou como afirma Souza (2022), a manutenção do monopólio do conhecimento, da dualidade educacional e da condição de subjugado das classes subalternas. Nosso objeto de estudo está inserido no conjunto de mudanças caracterizadas pela contrarreforma educacional brasileira. Como parte de um projeto de dominação burguês, a criação de uma modalidade de ensino superior que crie obstáculos e/ou impeça o desenvolvimento autônomo das classes subalternas já está posta desde o final dos anos 1930, em um projeto educacional imperialista de “educação terciária”. Este projeto de hegemonização ganha forma de uma pedagogia política do capital com caráter mundializado, em seu desenvolvimento e aprofundamento a partir da criação dos organismos internacionais, como dimensão de Estado supranacional. Em uma das dimensões deste projeto educacional, uma modalidade de curso superior sem acesso à formação científica dá sentido a criação dos cursos superiores de tecnologia na realidade brasileira, nos anos 1960, mas a sua consolidação como modalidade de ensino superior enxuto e flexível só ocorrerá na dinâmica da contrarreforma educacional brasileira dos anos 1990 (SOUZA, 2022). Desde os anos 1960, o

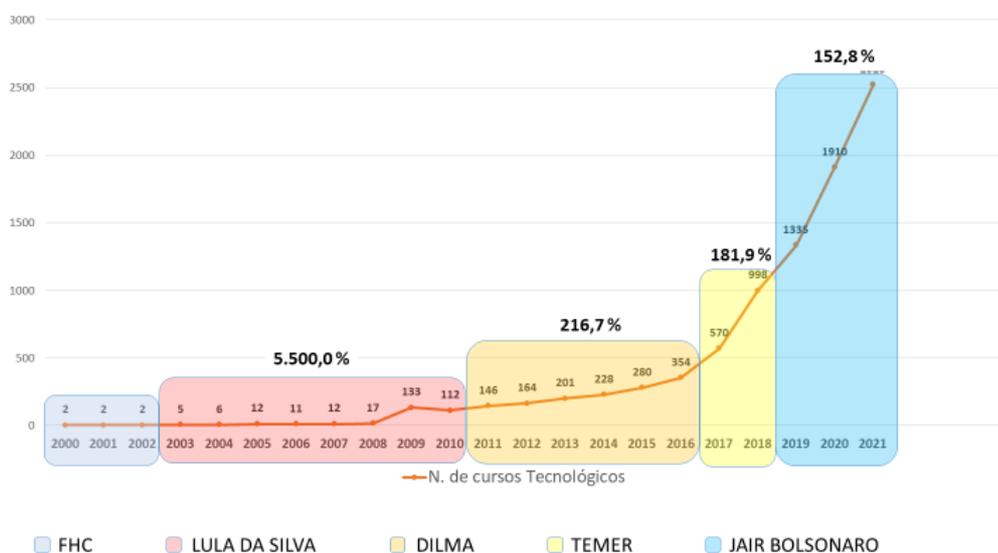
projeto de “educação terciária” ganha o sentido sócio-histórico de uma pedagogia política voltada para a construção da obsolescência programada, sendo encontrada em diferentes documentos dos organismos internacionais (AUTOR¹, 2021). É com fundamento na agudização da crise orgânica do Capital, e na necessidade de manter o monopólio do conhecimento que a Unesco apresenta a obra “Aprender a Ser” imersa em uma suposta “crise mundial da educação” (UNESCO, 1973). Esta concepção sofisticada de obsolescência programada será o fundamento para a concepção de “educação ao longo da vida” que dará sentido à contrarreforma educacional nos anos 1990 e fará parte do Relatório Delors (1996). Com caráter interessado, os CSTs se originam como modalidade voltada para a construção desta obsolescência programada das classes subalternas. Nossa investigação tem como objeto os CSTs no Estado de Rondônia. O objetivo é explicar as tendências no desenvolvimento dos CSTs no estado de Rondônia e sua relação com o contexto Nacional. A investigação se caracteriza por uma pesquisa básica, com análise qualitativa e finalidade explicativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético e utiliza-se de procedimentos técnicos de pesquisa documental.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Com objetivo de explicar o cerne da construção dos CSTs como promissores nichos de mercado, Souza (2022) evidencia processos que envolveram as dimensões de diminuição de custo, incentivos governamentais e fomento à oferta desta modalidade enxuta e flexível de ensino superior. É como forma adequada ao atual regime de acumulação flexível que os CSTs se desenvolvem no cenário Nacional, assumindo a caráter estratégico para a formação ampliada do novo tipo humano (SOUZA, 2015; 2022). Ajustado à dinâmica de intensificação da precariedade social do trabalho, o desenvolvimento destes cursos enxutos e flexíveis possui as seguintes tendências Nacionais: a redução do tempo de duração; o enxugamento de gastos por meio da predominância de oferta na modalidade de Educação à Distância (EAD); enxugamento da força de trabalho, destruição de direitos do trabalho com formas flexíveis de regulação, configurando maior precariedade do trabalho com salários reduzidos e desvalorização do trabalho docente. O aumento da precariedade do trabalho docente tem como fundamento as estratégias do regime de acumulação flexível com a direção de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, as formas gerenciais de otimização de tempos e movimentos na gestão do trabalho educacional, a desprofissionalização docente, com destituição de sua autonomia e simplificação de suas atividades, desconstrução da educação como direito e reconstrução como mercadoria. A consolidação desta modalidade enxuta e flexível de ensino superior decorre da hegemonia da sociabilidade burguesa em um contexto de contrarreforma educacional nos anos 1990 (SOUZA, 2015; 2022). Como resultado das forças em disputa no contexto Nacional, a promulgação da Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional marca a eliminação o caráter excepcional, definindo à formação de tecnólogo um grau acadêmico de nível superior (SOUZA, 2022). Como desdobramentos da contrarreforma educacional, a consolidação de uma Política de

Educação Profissional e Tecnológica afinada aos limites da sociabilidade burguesa envolve a pavimentação em várias dimensões, desde os anos 1960, como: dispositivos legais, legislações, decretos, pareceres de conselhos educacionais nas diferentes instâncias de poder; programas articulados com a direção dos organismos e agências internacionais; a criação de um Sistema Nacional de Educação Tecnológica; a construção de novas institucionalidades que deram forma ao processo de cefetização ou transformação das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, nos anos 1990, e posteriormente, no Governo Lula, no processo de ifetização ou transformação das Escolas Técnicas e Agrotécnicas em Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (SOUZA, 2022). É neste cenário que a análise de Souza (2022) evidencia a expansão dos CSTs no contexto Nacional, com crescimento significativo no período do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), porém o crescimento explosivo ocorre no Governo Lula da Silva (Lula), com crescimento de 686 %. Com base na análise dos microdados do Censo da Educação Superior, de 1995 a 2021, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o desenvolvimento dos CSTs em Rondônia possui correspondência em relação ao contexto brasileiro. Como podemos evidenciar no Gráfico 1, o crescimento significativo da oferta de CSTs em Rondônia ocorre a partir de 2003. Com crescimento exponencial constante, o período que corresponde ao Governo Lula vai ser caracterizado pelo crescimento de 5.500% em relação à existência irrisória de dois cursos dos anos 2000 ao final do período do Governo FHC. A partir 2003, o crescimento exponencial se mantém constante nos governos posteriores.

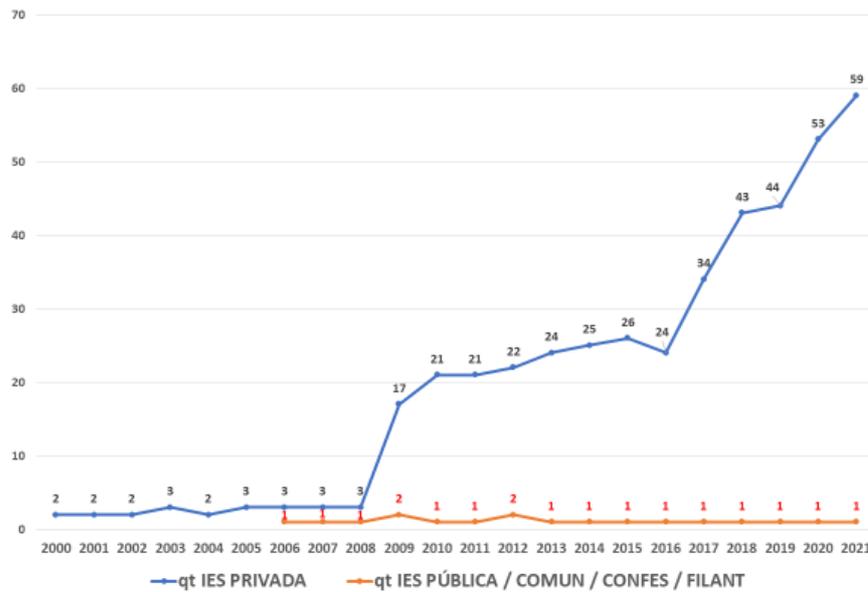
Gráfico 1: Evolução do número de cursos superiores de tecnologia, Rondônia - 2000-2021



Fonte: elaboração do autor, com base em dados do INEP (2021).

Assim como a análise de Souza (2022) aponta para o contexto Nacional, o crescimento exponencial da oferta de CSTs em Rondônia ocorre de forma predominante nas IES privadas, evidenciando o caráter de filão de mercado. O caráter mercantil também pode ser evidenciado na realidade de Rondônia, como podemos ver no gráfico 2.

Gráfico 2: Evolução do número de IES com oferta de CSTs, por categoria administrativa, Rondônia – 2000-2021

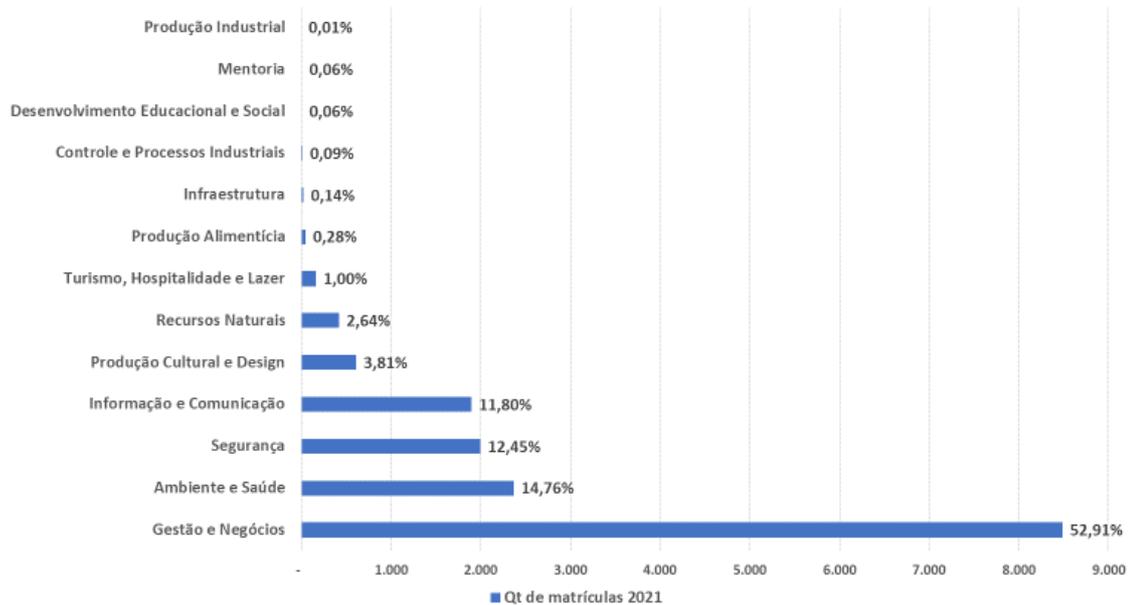


Fonte: elaboração do autor, com base em dados do INEP (2021).

No contexto educacional de Rondônia, a oferta dos CSTs cresce nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas de forma exponencial e o desenvolvimento destes cursos em IES públicas está restrito ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Este quadro corrobora para evidenciar o caráter mercantil desta modalidade enxuta e flexível de ensino superior e para o que Souza (2022) afirma como filão de mercado. Outro aspecto que corrobora para esta afirmação é a análise dos eixos e CSTs ofertados. Na realidade brasileira, Souza (2022) evidencia a concentração majoritária da oferta de CSTs no Eixo Tecnológico Gestão e Negócios, como elemento caracterizador deste grau acadêmico ter se tornado um filão de mercado. Como hipótese da predominância neste Eixo, o autor aponta a exploração destes cursos pelos grupos financeiros educacionais, com fundamento na necessidade de baixos investimentos em infraestrutura física, na qualificação acadêmica e científica do quadro docente (SOUZA, 2022). Esta hipótese se afina com o público-alvo da oferta de CSTs, como mercadoria barata voltada para jovens das classes subalternas das periferias urbanas (SOUZA, 2022). Esta mesma realidade pode ser encontrada no desenvolvimento dos CSTs em Rondônia. Como podemos ver no gráfico abaixo, a predominância do número de matriculados no ano de 2021 está no Eixo Gestão e Negócios,

com 52, 91% do número de alunos matriculados.

Gráfico 3: Número de matriculados por categoria de CSTs nas IES brasileiras, Rondônia - 2021



Fonte: elaboração do autor, com base em dados do INEP (2021).

Ainda sobre o processo de expansão dos CSTs, encontramos a correspondência em relação à realidade nacional, evidenciada na predominância da oferta na modalidade de EAD. Em análise comparada entre os anos de 2010 e 2021, o crescimento desta modalidade atrelada a oferta de CSTs é de 2636% em contraste com o crescimento de 57% na modalidade presencial.

CONCLUSÃO

A expansão dos CSTs em Rondônia reafirma o caráter privatista e mercantil da ampliação do ensino superior enxuto e flexível. Como mercadoria barata e de acesso facilitado, a expansão privada evidencia o avanço do *ethos* empresarial sobre a totalidade social, com a consolidação da sociabilidade neoliberal de privatização da existência e destruição da educação pública com potencial emancipatório.

Além do ajustamento às necessidades de naturalização das incertezas e instabilidades do regime de acumulação enxuto e flexível evidenciado por Souza (2022), a concepção interessada e fundamentada no gerencialismo contida no currículo destes CSTs tem como propósito a formação de um novo tipo humano. Este novo tipo humano toma a forma acabada de um sujeito “terciário”, um sujeito social prático, atomizado, individualista, incapaz de

pensar para além do capital. Este sujeito especializado tem no empreendedorismo a sua forma de ser, na construção do animal mercadológico produtor de valor de troca, como único responsável por seu sucesso em uma ordem social imperialista autodestrutiva.

REFERÊNCIAS

AUTOR¹. Capítulo de livro, 2021.

INEP. **Censo da Educação Superior**: microdados do censo da educação superior. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SOUZA, José dos Santos. A Educação superior enxuta e flexível como nicho promissor do mercado educacional. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, p. 01-27, 22 jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/54582>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SOUZA, José dos Santos. A formação do trabalhador no contexto da reconfiguração do trabalho, da produção e dos mecanismos de mediação do conflito de classe. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 20, p. 273-290, jul-dez/2015.

UNESCO. **Aprender a ser**: la educacion del futuro. Madri: Alianza, 1973.

VEIGA, Célia Cristina. Determinantes sócio-históricos das mudanças recentes na gestão da educação profissional tecnológica no Brasil, 2020. **Tese** (Doutorado em Educação) – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2020.